



POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

PACIFIQUE! Câmara de Resolução de Conflitos Ltda.

APRESENTAÇÃO E ESCOPO

A **PACIFIQUE!** Câmara de Resolução de Conflitos Ltda. (doravante, indistintamente, “**PACIFIQUE!**” ou “Câmara”), entidade privada vocacionada à administração de procedimentos consensuais de tratamento de disputas, formaliza, por meio do presente instrumento, sua Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (“Política”), pela qual reafirma o compromisso institucional com a privacidade, com a autodeterminação informativa e com o tratamento ético, leal e proporcional dos dados pessoais que se encontrem sob sua responsabilidade.

A **PACIFIQUE!** diferencia-se no mercado por realizar, antes de propor qualquer caminho consensual, o Diagnóstico do conflito apresentado, do qual decorre a escolha do Meio Autocompositivo mais adequado. Essa metodologia exige, necessariamente, o tratamento responsável de informações pessoais e, em alguns casos, sensíveis. A presente Política descreve como esse tratamento se opera, sob quais bases legais, com quais salvaguardas e mediante quais direitos assegurados ao titular.

Esta Política observa a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD), a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), o Decreto nº 8.771/2016, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial a inviolabilidade da intimidade e da vida privada (art. 5º, X) e o direito à proteção de dados pessoais (art. 5º, LXXIX, incluído pela EC 115/2022), as Resoluções e Regulamentos editados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (“ANPD”), bem como a Lei nº 13.140/2015, a Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e o Código de Processo Civil, na parte em que tais diplomas dialogam com o dever de confidencialidade próprio da mediação.

APLICAÇÃO

A presente Política vincula a **PACIFIQUE!** e todas as pessoas naturais ou jurídicas que, de qualquer modo, participem das atividades por ela administradas, ou que tenham seus dados pessoais sob sua responsabilidade, inclusive:

- (a) diretores, administradores, sócios, colaboradores internos e prestadores de serviço da Câmara;

- (b) mediadores, comediantes, facilitadores em práticas restaurativas e demais profissionais credenciados;
- (c) Partes, prepostos, advogados, defensores públicos, peritos, assistentes técnicos, intérpretes, tradutores e demais participantes dos procedimentos administrados pela Câmara;
- (d) fornecedores, parceiros institucionais, conveniados e demais terceiros que mantenham relação com a Câmara;
- (e) usuários do portal www.pacificque.com.br e dos demais canais digitais da Câmara;
- (f) participantes de eventos, atividades acadêmicas, programas de formação e iniciativas institucionais promovidas pela Câmara.

A presente Política aplica-se independentemente do meio pelo qual os dados pessoais foram coletados, recebidos, gerados ou recepcionados pela Câmara, incluindo registros físicos e eletrônicos.

PRINCÍPIOS NORTEADORES

O programa de governança em privacidade da Câmara observa, em todas as suas operações, os princípios fixados no art. 6º da LGPD, aqui interpretados em chave instrumental aos serviços de tratamento adequado de conflitos:

Finalidade. Cada operação de tratamento decorre de propósito identificado, lícito, específico e informado ao titular, vedada a utilização posterior em desacordo com a finalidade originária.

Adequação. O tratamento deve guardar pertinência com o fim declarado e com o contexto institucional da prestação dos serviços da Câmara.

Necessidade. A coleta, a guarda e o uso de dados pessoais limitam-se ao mínimo indispensável para atingir a finalidade pretendida, evitando-se o excesso e o tratamento de dados não pertinentes.

Livre acesso. O titular tem acesso facilitado e gratuito a informações sobre a forma, a duração e a integralidade do tratamento de seus dados pela Câmara, ressalvadas as hipóteses legítimas de restrição.



Qualidade dos dados. A Câmara empreende esforços razoáveis para manter os dados exatos, claros, atualizados e relevantes, considerando a finalidade do tratamento e eventuais pedidos de retificação.

Transparência. São fornecidas informações claras, precisas e em linguagem acessível sobre as práticas de tratamento, dentro dos limites previstos em lei.

Segurança e Confidencialidade. São adotadas medidas técnicas e administrativas proporcionais aos riscos identificados, conjugadas ao dever de confidencialidade próprio da mediação (art. 30 da Lei nº 13.140/2015).

Prevenção. Privilegia-se a antecipação de eventos potencialmente lesivos, mediante avaliações de risco e adoção de controles preventivos antes da entrada em produção de novos processos ou tecnologias.

Não Discriminação. É vedado qualquer tratamento que tenha por finalidade discriminação ilícita, abuso ou estigmatização de pessoas ou grupos.

Responsabilização e Prestação de Contas. A Câmara mantém registros e mecanismos aptos a demonstrar, perante titulares e autoridades, a efetividade e a aderência de seu programa de governança em privacidade.

DEFINIÇÕES

Para os fins desta Política, adotam-se as seguintes definições:

Anonimização: tratamento por meio do qual o dado deixa de permitir, considerados os meios técnicos razoáveis disponíveis, a identificação de pessoa natural a que originalmente se referia.

ANPD: Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais, órgão federal incumbido de zelar pelo cumprimento da LGPD em todo o território nacional.

Bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda controlada do dado pessoal.

Consentimento: manifestação livre, informada, inequívoca e específica pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados para finalidade determinada.



Controlador: pessoa natural ou jurídica a quem competem as decisões sobre o tratamento de dados pessoais. A PACIFIQUE! atua, em regra, como Controladora dos dados que coleta no âmbito de suas atividades.

Cookies: pequenos arquivos enviados ao dispositivo do usuário quando do acesso ao portal, destinados ao funcionamento adequado do site, ao registro de preferências de navegação e à coleta de métricas agregadas de uso.

Dado Pessoal: qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Dado Sensível: dado pessoal que diga respeito a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a entidade de natureza religiosa, filosófica ou política, saúde, vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a pessoa natural.

Eliminação: exclusão de dado pessoal ou de conjunto de dados pessoais armazenados em base de dados, independentemente do método empregado.

Agente de Governança de Dados: pessoa indicada pela PACIFIQUE! para exercer as funções de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), nos termos do art. 41 da LGPD, atuando como canal de comunicação entre a Câmara, os titulares e a ANPD.

LGPD: Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Operador: pessoa natural ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador.

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais objeto de tratamento.

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais — coleta, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, modificação, comunicação, transferência, difusão e extração.

Transferência Internacional: envio de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.

Uso Compartilhado: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão ou tratamento compartilhado de bases de dados pessoais por órgãos e entidades públicas, ou entre estes e entes privados, em finalidades autorizadas.

Usuário: pessoa natural que acessa o portal ou interage com quaisquer canais digitais da Câmara.

DIRETRIZES PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

5.1. Todo tratamento de dado pessoal realizado pela **PACIFIQUE!** decorre de finalidade legítima previamente identificada, mapeada e, quando aplicável, comunicada ao titular. Não há tratamento dissociado de uma ou mais finalidades, e o ciclo de vida de cada dado — da coleta ao descarte definitivo — é submetido a registro e a controle interno.

5.2. A Câmara mantém Registro das Operações de Tratamento de Dados Pessoais (ROPA), na forma do art. 37 da LGPD, com indicação das categorias de dados, das bases legais invocadas, das finalidades, dos prazos de retenção, das medidas de segurança adotadas e dos compartilhamentos eventualmente realizados, à disposição da ANPD.

5.3. O acesso interno aos dados pessoais é restringido por meio de perfis funcionais documentados, observada a regra do menor privilégio possível, de modo a assegurar que apenas as pessoas com efetiva necessidade operacional tenham acesso a determinadas categorias de dados, e somente na exata medida exigida pelo papel desempenhado.

5.4. As principais categorias de tratamento operadas pela Câmara estão sintetizadas no quadro a seguir, sem prejuízo de outras hipóteses pontuais que vierem a se mostrar necessárias ao desenvolvimento de suas atividades:

Categoria de titular / contexto	Dados tratados e finalidade resumida
Diretores, administradores e sócios	Dados de qualificação e contato necessários à gestão societária, à tomada de decisões institucionais e ao registro de deliberações estatutárias.
Colaboradores internos e prestadores de serviço	Dados cadastrais, contratuais, bancários e funcionais utilizados na gestão da relação de trabalho ou de prestação de serviços, no pagamento de honorários e no cumprimento de obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

Categoria de titular / contexto	Dados tratados e finalidade resumida
Mediadores credenciados	Qualificação acadêmica, registros profissionais, formação em métodos consensuais, dados de contato e de pagamento, declarações de independência e termos de adesão, com vistas ao credenciamento e à designação por caso.
Partes, prepostos e advogados	Dados de qualificação, contato e procuração para participação em procedimentos. Inclui o conteúdo das manifestações da Parte, dos documentos juntados e das propostas formuladas, observada a confidencialidade absoluta do processo de mediação.
Peritos, assistentes técnicos, intérpretes e demais auxiliares	Qualificação profissional, dados de contato e de pagamento, com vistas à atuação técnica nos casos em que sua participação for indicada pelo mediador ou requerida pelas Partes.
Usuários do portal www.pacifique.com.br	Dados de cadastro, dados de navegação, registros de acesso, endereço IP, identificadores de dispositivo e preferências de navegação, conforme detalhamento na Seção de Cookies.
Fornecedores de bens e serviços	Dados de qualificação, contato e financeiros indispensáveis à contratação, à gestão da relação comercial e ao cumprimento de obrigações fiscais e tributárias.
Participantes de eventos, treinamentos e formações	Dados cadastrais e de contato dos inscritos em atividades acadêmicas e institucionais promovidas pela PACIFIQUE! , com vistas à logística, à certificação e à comunicação posterior, mediante consentimento.
Dados sensíveis (eventuais)	Quando indispensáveis ao caso (em especial em mediação familiar e práticas restaurativas), poderão ser tratados dados referentes à saúde, à vida sexual, à origem, à convicção religiosa, política ou filosófica, sob regime de proteção reforçada, com acesso restrito.

5.5. Em mediações familiares, em práticas restaurativas e em casos envolvendo crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou pessoas em situação de violência, o tratamento dos dados sensíveis observará proteção reforçada, com acesso restrito a profissionais designados, segregação em ambiente lógico próprio e regras especiais de retenção e descarte.

5.6. São bases legais utilizadas pela **PACIFIQUE!**, conforme o caso concreto e à luz dos arts. 7º e 11 da LGPD: (i) o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador; (ii) a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual o titular é parte, em especial o Termo de Instituição da Mediação; (iii) o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral; (iv) o legítimo interesse da Câmara, especialmente para gestão administrativa, segurança da informação e elaboração de estatísticas com dados anonimizados; e (v) o consentimento livre, informado e inequívoco do titular, sobretudo para finalidades acessórias, como comunicação institucional, eventos e cookies não estritamente necessários.

5.7. Toda iniciativa que envolva risco relevante aos direitos e às liberdades dos titulares, ou o tratamento de dados sensíveis em larga escala, é submetida a Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), com avaliação dos riscos e indicação de medidas de mitigação.

POLÍTICA DE COOKIES

6.1. O portal da **PACIFIQUE!** poderá utilizar cookies e tecnologias similares com a finalidade de viabilizar o funcionamento adequado do site, autenticar o usuário, preservar preferências de navegação e gerar métricas agregadas de uso para fins estatísticos e de melhoria contínua.

6.2. Os cookies utilizados podem ser classificados, em linhas gerais, como: (i) cookies estritamente necessários, indispensáveis ao funcionamento básico do portal, dispensáveis de consentimento; (ii) cookies de desempenho, voltados à mensuração de uso de forma agregada; (iii) cookies de funcionalidade, destinados a registrar preferências do usuário; e (iv) cookies analíticos ou de marketing institucional, que somente serão ativados mediante consentimento prévio do usuário.

6.3. O usuário poderá, a qualquer momento, gerenciar ou revogar suas preferências de cookies por meio das configurações do próprio navegador ou de painel próprio disponibilizado no portal, observando-se que a restrição de cookies essenciais poderá comprometer funcionalidades do site.

6.4. À medida que o programa de governança em privacidade da Câmara evoluir, esta Política será complementada por detalhamento técnico específico, com mapeamento individualizado dos cookies em uso, prazos de expiração e identificação de eventuais terceiros (first e third party). Eventuais dúvidas sobre cookies podem ser direcionadas ao canal indicado na Seção 12 desta Política.

COMPARTILHAMENTO COM TERCEIROS E PARCERIAS TECNOLÓGICAS

7.1. A **PACIFIQUE!** não comercializa dados pessoais. O compartilhamento de dados com terceiros ocorre apenas na exata medida necessária ao cumprimento das finalidades desta Política e mediante instrumentos contratuais que vinculem o terceiro a padrões de proteção compatíveis com os adotados pela Câmara.

7.2. São hipóteses típicas de compartilhamento, sem prejuízo de outras justificadas pelo caso concreto:

- (a) com mediadores, comediadores, peritos, intérpretes, advogados, prepostos e demais participantes diretos do procedimento, sob acordo de confidencialidade;
- (b) com órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, autoridades administrativas e ANPD, no estrito cumprimento de obrigação legal ou de ordem competente, sempre precedido de avaliação da legalidade e do alcance da requisição;
- (c) com instituições financeiras, processadores de pagamento, contadores e auditores, para operacionalização das atividades administrativas e financeiras da Câmara;
- (d) com prestadores de serviços tecnológicos contratados pela Câmara (computação em nuvem, assinatura eletrônica, videoconferência, gestão documental), sob acordo específico de tratamento de dados;
- (e) com a outra Parte do procedimento, apenas no que for indispensável ao bom andamento do caso e à formalização do acordo, ressalvada a confidencialidade absoluta das Reuniões Prévias (caucus).

7.3. Parceria tecnológica com o Google

A **PACIFIQUE!** mantém parceria com o Google (Google LLC e suas afiliadas, incluindo Google Cloud EMEA Limited e Google Brasil Internet Ltda.) como provedor de infraestrutura tecnológica para fins de armazenamento de dados, operação de ferramentas colaborativas (Google Workspace) e serviços de computação em nuvem. A escolha decorre da consolidada reputação internacional do parceiro em padrões de segurança da informação, da disponibilidade de certificações reconhecidas no mercado — entre elas ISO/IEC 27001, ISO/IEC 27017, ISO/IEC 27018 e SOC 1, 2 e 3 — e da robustez de sua infraestrutura técnica e operacional.

Em virtude dessa arquitetura, é possível que dados pessoais sob a controladoria da Câmara sejam armazenados e processados em servidores localizados fora do território nacional, em datacenters operados pelo Google em jurisdições nas quais a empresa mantém presença. Tais transferências internacionais observarão as exigências do art. 33 da LGPD, com prioridade para jurisdições reconhecidas como portadoras de grau de proteção adequado pela ANPD, ou mediante a adoção de

cláusulas-padrão contratuais, regras corporativas globais ou outras salvaguardas reconhecidas, sempre informado o titular quando assim exigir a legislação.

A Câmara realiza avaliação periódica dos termos de uso, dos addenda de proteção de dados e das certificações do Google, exigindo do parceiro o cumprimento de obrigações compatíveis com aquelas impostas a um Operador pela LGPD. Os relatórios públicos de transparência, segurança e auditoria do Google podem ser consultados nos respectivos portais corporativos.

ARMAZENAMENTO E RETENÇÃO

8.1. Os dados pessoais são mantidos enquanto subsistirem as finalidades que justificaram sua coleta e enquanto perdurar a obrigação legal, regulatória, contratual ou judicial de retenção, observados, entre outros, os prazos prescricionais aplicáveis aos contratos firmados, os prazos de guarda fiscal, contábil e tributária e os eventuais prazos determinados em decisões judiciais ou administrativas.

8.2. Esgotadas as finalidades e os prazos legais, os dados são eliminados de forma segura ou anonimizados de modo irreversível, ressalvados aqueles imprescindíveis para fins de cumprimento de obrigações legais, exercício regular de direitos em processo judicial, transferência a terceiro previamente autorizada ou uso exclusivo da Câmara, com dados desprovidos de identificação.

8.3. Dada a natureza confidencial absoluta do procedimento de mediação (art. 30 da Lei nº 13.140/2015), o conteúdo das sessões e os documentos sensíveis dos casos são segregados em ambiente lógico próprio, com regras específicas de acesso, trilhas de auditoria e medidas reforçadas de proteção.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

9.1. A **PACIFIQUE!** adota medidas técnicas e administrativas proporcionais aos riscos identificados, alinhadas ao estado da técnica aplicável ao mercado de administração de mecanismos consensuais de resolução de controvérsias, com vistas a preservar a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência de seus sistemas, repositórios e arquivos físicos.

9.2. Integram esse conjunto de medidas, sem limitação:

- (a) controle de acesso por perfis funcionais e autenticação multifator;
- (b) criptografia de dados em trânsito e em repouso, quando tecnicamente viável;

- (c) trilhas de auditoria e registros de logs de operações relevantes;
- (d) rotinas de backup periódico e plano de continuidade de negócios;
- (e) termos de confidencialidade firmados com colaboradores, mediadores, prestadores e demais participantes;
- (f) política interna de classificação da informação, com regras de uso aceitável para dispositivos, redes e ferramentas corporativas;
- (g) capacitação periódica do quadro funcional em proteção de dados e segurança da informação.

9.3. A Câmara mantém Plano de Resposta a Incidentes de Segurança, que prevê avaliação tempestiva, contenção, mitigação, comunicação e remediação dos incidentes que possam afetar dados pessoais. Verificada hipótese de risco ou dano relevante ao titular, serão observadas as obrigações de comunicação à ANPD e aos titulares afetados, na forma do art. 48 da LGPD e da regulamentação em vigor.

DIREITOS DOS TITULARES

São assegurados aos titulares, em relação aos dados pessoais tratados pela Câmara, os direitos previstos no art. 18 e demais dispositivos correlatos da LGPD, sintetizados no quadro a seguir:

Direito (art. 18, LGPD)	Conteúdo prático
Confirmação da existência de tratamento	Saber se a Câmara realiza tratamento de seus dados pessoais.
Acesso	Obter cópia ou consultar os próprios dados tratados pela Câmara.
Correção	Solicitar a atualização ou retificação de dados imprecisos, incompletos ou desatualizados.
Anonimização, bloqueio ou eliminação	Pedir que dados desnecessários, excessivos ou tratados em desacordo com a lei sejam eliminados, anonimizados ou bloqueados.
Portabilidade	Solicitar a transferência dos dados a outro prestador de serviço similar, observados os limites técnicos e os sigilos cabíveis.

Direito (art. 18, LGPD)	Conteúdo prático
Eliminação de dados tratados com consentimento	Pedir a exclusão dos dados cujo tratamento se baseou em consentimento, ressalvadas as hipóteses legais de manutenção.
Informação sobre compartilhamento	Obter a relação das entidades públicas e privadas com as quais a Câmara compartilhou seus dados.
Revogação do consentimento	Retirar, a qualquer tempo e gratuitamente, autorização previamente concedida para finalidade não amparada em outra base legal.
Revisão de decisões automatizadas	Solicitar revisão humana de decisões fundadas exclusivamente em tratamento automatizado que afetem seus interesses.
Petição à ANPD	Levar a matéria diretamente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na hipótese de insatisfação com a resposta da Câmara.

10.1. O exercício dos direitos é gratuito e ocorrerá por meio dos canais de contato indicados na Seção 12 desta Política. A Câmara responderá às solicitações em até 15 (quinze) dias contados do recebimento, prazo prorrogável mediante justificativa razoável, sempre observada a necessidade de confirmação prévia da identidade do solicitante, em prevenção a fraudes.

10.2. A Câmara poderá manter, em hipóteses estritamente previstas em lei, dados pessoais cuja eliminação tenha sido solicitada, na medida indispensável ao cumprimento de obrigação legal, ao exercício regular de direitos ou ao uso exclusivo, mediante anonimização.

RESPONSABILIDADES

11.1. Cada pessoa que, em nome ou no contexto das atividades da **PACIFIQUE!**, realize qualquer operação de tratamento de dados pessoais responde por seus próprios atos e omissões, comprometendo-se a observar esta Política, o Regulamento, o Código de Ética do Mediador, os Termos e Condições de Uso, os termos de confidencialidade firmados e a legislação aplicável.

11.2. Lideranças e supervisores respondem, adicionalmente, pela difusão das boas práticas e pelo monitoramento da aderência das equipes e dos terceiros sob sua coordenação.

11.3. O Agente de Governança de Dados, no exercício de suas atribuições, somente responderá pessoalmente em caso de dolo ou má-fé comprovados, sendo resguardado quanto a decisões executivas da Câmara que escapem de seu âmbito de atuação.

AGENTE DE GOVERNANÇA DE DADOS

12.1. A **PACIFIQUE!** nomeia Agente de Governança de Dados, na qualidade de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais previsto no art. 41 da LGPD, profissional dotado de conhecimento teórico e prático em proteção de dados pessoais e em segurança da informação.

12.2. Compete ao Agente de Governança de Dados, sem exclusão de outras atribuições previstas em lei:

- (a) atuar como canal de comunicação entre a Câmara, os titulares dos dados pessoais e a ANPD;
- (b) receber e dar tratamento às solicitações de titulares e às requisições da ANPD;
- (c) orientar colaboradores, mediadores e terceiros quanto às práticas adotadas pela Câmara;
- (d) coordenar a resposta a incidentes de segurança e as comunicações deles decorrentes;
- (e) recomendar e dirigir avaliações de risco, relatórios de impacto à proteção de dados (RIPD) e auditorias internas;
- (f) participar da revisão de cláusulas contratuais, políticas internas e demais normativos relativos à privacidade;
- (g) submeter ao Comitê de Privacidade temas relevantes para deliberação institucional.

12.3. À administração da Câmara incumbe assegurar ao Agente de Governança de Dados independência funcional, acesso direto às instâncias decisórias e acesso amplo a informações relevantes ao desempenho de suas atribuições, observado o sigilo institucional.

12.4. Canais oficiais de contato:

Sede: Recife/PE.

E-mail: ouvidora@pacifique.com.br

Portal: www.pacifique.com.br

COMITÊ DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. A Câmara institui Comitê de Privacidade e Proteção de Dados, órgão consultivo e deliberativo composto pelo Agente de Governança de Dados e por representantes da diretoria e das áreas técnicas, com a finalidade de discutir, propor e aprovar normas, controles e ações relativas à privacidade e à segurança da informação.

13.2. O Comitê reunir-se-á com periodicidade ordinária a ser fixada em regimento interno e, extraordinariamente, sempre que matéria relevante exigir deliberação, em especial diante de incidentes de segurança, novas iniciativas com risco relevante ou mudanças regulatórias significativas.

COMUNICAÇÃO, REVISÕES E VIGÊNCIA

14.1 Esta Política poderá ser revisada e atualizada periodicamente em razão de evolução normativa, técnica, operacional ou estratégica, sendo as alterações comunicadas no portal da Câmara e, quando relevantes, por canal direto com os titulares cujos dados estejam sob tratamento ativo.

14.2 Ao continuar utilizando os serviços e canais da Câmara após a publicação de nova versão, o titular declara-se ciente das modificações, sem prejuízo do direito de questionar dispositivos específicos junto ao Agente de Governança de Dados.

14.3 Esta Política integra, por referência, o Regulamento, o Código de Ética do Mediador e os Termos e Condições de Uso da **PACIFIQUE!**, devendo ser interpretada em harmonia com tais instrumentos.

14.4 A presente Política entra em vigor na data de sua publicação no portal eletrônico www.pacifique.com.br, revogadas as disposições em contrário.

Recife/PE, julho de 2026.

PACIFIQUE! Câmara de Resolução de Conflitos Ltda.

Agente de Governança de Dados